



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0009491-65.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Andrea Custodio Sthal de Souza**  
 Requerido: **Renata Cristina Moreira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Andrea Custódio Sthal de Souza propôs a presente ação contra a ré Renata Cristina Moreira, requerendo a condenação desta no pagamento de indenização, a título de danos materiais, no valor de R\$ 11.410,00, bem como no pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado pelo juízo.

A ré, em contestação de folhas 41/47, suscita preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, requer a improcedência do pedido, alegando que os tapetes foram lavados de acordo com a recomendação do manual de instruções do fabricante e que as marcas eram decorrentes da luz solar e de urina de cachorro e não do procedimento de lavagem.

Réplica de folhas 59/66.

A preliminar de ilegitimidade passiva foi afastada às folhas 67, determinando-se a retificação do polo passivo, sendo as partes instadas a especificar as provas que pretendiam produzir.

A ré manifestou-se às folhas 68/69 e a autora às folhas 71.

Audiência de conciliação de folhas 81 restou infrutífera, ocasião em que a autora prestou depoimento às folhas 82 e a ré às folhas 83/84.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Decisão saneadora de folhas 86/87 designou prova pericial, cujos honorários deveriam ser suportados pela ré.

A autora ofertou seus quesitos às folhas 95, mantendo-se a ré silente a respeito.

Decisão de folhas 157 acolheu a indicação de folhas 105 da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo, nomeando-se perita a senhora Maria Silvia Martins de Souza, a qual estimou seus honorários às folhas 111/113.

A ré manifestou-se às folhas 115 alegando não ter possibilidades financeiras de arcar com os honorários estimados pela perita.

Decisão de folhas 123 determinou à ré que adiantasse os honorários periciais no prazo de 10 dias sob pena de preclusão da prova.

Nova manifestação da ré às folhas 126 informando que não tem condições de promover o adiantamento dos honorários, ainda que de forma parcelada.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento conforme o estado do processo, sendo impertinente a prova oral, porque não teria o condão de elucidar a controvérsia estabelecida, conforme decisão de folhas 86, penúltimo parágrafo. Inteligência do artigo 130 do Código de Processo Civil.

A única prova pertinente seria a prova pericial, a fim de examinar os tapetes e método de lavagem utilizado pela ré, a fim de esclarecer se as manchas decorreram de algum produto químico utilizado pela ré ou se já eram preexistentes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Todavia, a ré não promoveu o adiantamento dos honorários periciais, conforme determinado pela decisão de folhas 123, que não foi objeto de recurso, operando-se a preclusão da prova.

A preliminar de ilegitimidade passiva já foi afastada por meio da decisão de folhas 67, não sendo objeto de recurso.

No mérito, aduz a autora que contratou os serviços da ré para efetuar a limpeza e higienização de três tapetes, os quais foram retirados pela ré e, no ato da devolução, constatou que se encontravam danificados, tendo o representante da ré firmado declaração de que, de fato, os tapetes foram danificados e que sua empresa era responsável pelos danos. Assim, requer a condenação da ré no pagamento de indenização pelos danos materiais e morais suportados.

A ré, por seu turno, alega que os tapetes foram lavados de acordo com a recomendação do manual de instruções do fabricante e que as marcas alegadas eram decorrentes da luz solar em que os tapetes estavam expostos na residência da autora, bem como da urina de cachorro e não do procedimento de lavagem.

Todavia, aplicando-se a inversão do ônus da prova de acordo com o artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor e a não produção da prova pericial, de rigor o reconhecimento de que o procedimento adotado pela ré na lavagem dos tapetes ocasionou os danos alegados pela autora.

Importante observar que a ré não se utilizou de qualquer documento, subscrito pela autora, no ato da retirada dos tapetes, descrevendo quaisquer irregularidades constatadas nos tapetes retirados para lavagem, arcando com o ônus da responsabilidade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

objetiva.

O documento denominado “O.S.” colacionado pela ré às folhas 53 não foi emitido no ato da retirada dos tapetes e sequer contém a assinatura da autora.

A autora, por seu turno, instruiu a inicial com as notas fiscais de folhas 13/14 comprovando o valor pago pelos tapetes. Também instruiu a inicial com uma declaração firmada pelo preposto da ré admitindo que, quando da entrega dos tapetes, eles se encontravam danificados (**confira folhas 15**).

#### **Nesse sentido:**

Apelação – Indenização – Prestação de serviço de lavanderia – Danificação de peça de alta costura. Não se há de falar em aplicação do prazo decadencial de noventa dias se o que se discute não é um vício na prestação do serviço, mas, sim, um dano decorrente de adulteração de produto sob a guarda do prestador - Está a autora, na condição de consumidora, favorecida pela inversão do ônus da prova prescrita no art. 6º, VIII, do CDC; incumbia à parte contrária demonstrar fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito da autora (art. 333, II, do CPC). Apelação provida (Relator(a): Lino Machado; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 13/05/2015; Data de registro: 14/05/2015).

Dessa maneira, de rigor a procedência do pedido de condenação da ré no pagamento de indenização pelos danos materiais.

Todavia, não procede o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, uma vez que os fatos mencionados não ultrapassaram a esfera do mero aborrecimento.

#### **Nesse sentido:**

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS – Prestação de serviços – Estante instalada de modo incompleto – Ausência de puxadores de gavetas - Recusa da requerida em completar a instalação de modo gratuito - Falha na prestação dos serviços – Artigo 20, do Código de Defesa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do Consumidor – Imposição de obrigação de fazer – Cabimento - Falha que não enseja os danos morais propalados - Não demonstração do abalo à honra da autora, nem sua exposição a situação constrangedora decorrente de ato da ré – Mero aborrecimento – Indenização por danos morais indevida – Recurso provido, em parte (Relator(a): Mario de Oliveira; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/06/2015; Data de registro: 12/06/2015).

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido inicial, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré no pagamento da quantia de R\$ 11.410,00 (onze mil quatrocentos e dez reais), a título de indenização pelos danos materiais, a ser atualizada desde a data da retirada, ou seja, 07/10/2011 (folhas 53), acrescida de juros de mora desde a citação. Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas processuais desembolsadas e com os honorários de seus respectivos patronos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de junho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**